

Rodolfo Stavenhagen, *Sete teses equivocadas sobre América Latina (1965)*¹

Francisco Zapata

Professor-investigador en El Colégio de México

Ciudad de México, México

zapata@colmex.mx

Arqueologia, a Antropologia e a Sociologia não são alheias ao devir histórico do México. Desde começo do século XX essas disciplinas são parte do sistema educacional (por exemplo, na Escola Nacional Preparatória) e têm contribuído para a análise de problemas sociais do país. Com elas refletiram-se sobre as condições em que esse país se desenvolveu em termos econômicos, sociais e políticos. Os problemas do campo, da indústria e da cidade, a formação das classes sociais, a implantação do sistema educacional em todo o território, as ideologias dos grupos no poder e na oposição foram objeto de esforço analítico nessas disciplinas (Molina Enríquez, [1909] 1978).

Graças à revolução de 1910, não por acaso os cientistas sociais mexicanos se preocuparam em se inserir no devir histórico. Assim, essa preocupação não foi um mero exercício acadêmico, pois implicou vincular as tarefas de administração e colocar em prática o projeto de desenvolvimento nacional da revolução, o que de alguma maneira se encarnou em vários documentos gerados pela revolução, entre os quais se destaca a Constituição de 1917 (Reyna, 2007). Também alguns dirigentes políticos de México exerceram essas disciplinas e se articularam com os processos de tomada de decisões.

Desta maneira, com altos e baixos, a Arqueologia, a Antropologia e a Sociologia formam parte do projeto político do Estado mexicano, e contribuíram para formular e concretizar institucionalmente. Por sua vez, o Estado proporcionou os meios necessários para o desenvolvimento daquelas disciplinas e muitos dos que as exerceram vincularam-se à implantação de tal projeto.

É por isso que se pode falar da institucionalização do devir das ciências sociais no país: são parte do processo de desenvolvimento e contribuem para delineá-lo.² Contudo, não é possível negar também o caráter crítico do pensamento gerado por essas disciplinas, que alimentaram a formulação de políticas econômicas, sociais e, sobretudo, a integração nacional. De fato, ao mesmo tempo que essas disciplinas fazem parte do devir histórico do país, sua contribuição manteve relações com as crises que o sistema político mexicano enfrentou, sobretudo na conjuntura do movimento estudantil de 1968,³ em que ocorreram proces-

1. Publicado inicialmente em Carlos Illades e Rodolfo Suárez (2012). Traduzido para o português por Warley Costa e Roberto Lima, com autorização do autor. Roberto Lima inseriu também algumas notas para o leitor brasileiro, que estão assinaladas como "Notas de R. L."

2. O autor aparentemente brinca com o paradoxal nome do partido que governou o México por setenta anos: o Partido Revolucionário Institucional (PRI). [Nota de R. L.]

3. Nesse ano houve grandes manifestações estudantis no México e que foram duramente reprimidas. Um fato marcante na história desse país é o Massacre de Tlatelolco, em 2 de outubro de 1968 (quinze dias antes da abertura das olimpíadas). Nessa noite, milhares de

tos tendentes a questionar suas bases de sustentação. Nessa conjuntura e em algumas que a precederam, as ciências sociais mencionadas adotaram pontos de vista muitas vezes dissidentes com respeito às decisões do Estado (Warman et al., 1970).

Então é possível afirmar que a vinculação estreita entre as ciências sociais e o processo histórico de México pôde contribuir para condicionar a forma com que cientistas sociais particulares realizaram suas reflexões, o tipo de ensino que se ministrou nas instituições acadêmicas, os temas preferidos de análise e os objetos de pesquisa que foram selecionados. Essa relação recíproca constituiu um traço particular do desenvolvimento dessas disciplinas no contexto latino-americano. De fato, no resto de América Latina é e foi muito mais acentuado o acento crítico das ciências sociais com relação aos sistemas políticos, aos projetos nacionais de desenvolvimento e às formas de convivência nacional.

Em países como Argentina, Chile, Peru ou Venezuela, as ciências sociais guardaram grande distância em seu envolvimento político com os aparelhos oficiais. É por isso que nesses países as ciências sociais permaneceram circunscritas ao espaço universitário. Foram e são disciplinas que constituíram projetos alternativos ao “oficial” e foram frequentemente “satanizadas”, especialmente quando os militares tomaram o poder nos anos 1970, quando as eliminaram dos programas universitários qualificando-as de subversivas. No México, tal distância nunca foi tão grande porque as ciências sociais se constituíram em fonte de inspiração para a promoção da nação. O grau de desenvolvimento dessas disciplinas nesse país foi maior que no resto do continente, onde permaneceram limitadas a grupos muito reduzidos de “intelectuais” com “consciência social”, sem se transformar em um fenômeno coletivo de crítica e participação, análise e compromisso político, como o foi no caso do México.

Essas considerações estão vinculadas ao propósito deste trabalho, que é esboçar o pensamento de Rodolfo Stavenhagen a partir de um texto célebre, *Sete teses equivocadas sobre América Latina*, publicado pela primeira vez no jornal *El Día*, nos dias 25 e 26 de julho de 1965.⁴ A reflexão a respeito deste texto permite-nos exemplificar a forma que tomou a refle-

xão crítica de um dos grandes intelectuais mexicanos da segunda metade do século XX e mostrar o tipo de questionamento que foi formulado na conjuntura da década de 1960.

Para empreender esta reflexão é necessário começar com uma contextualização do texto em questão. Com efeito, as condições sociais do surgimento das propostas de Stavenhagen vinculam-se à relação histórica entre o Estado mexicano e a ciência social e com uma série de acontecimentos da história latino-americana dos anos 1960. Assim, os temas propostos neste texto tiveram e têm muito a ver com as preocupações bastante concretas presentes nas interpretações que se faziam nos anos sessenta sobre o processo de desenvolvimento da América Latina. Stavenhagen expressou tais preocupações mediante questionamentos às soluções que desenvolvimentistas, modernizadores, banqueiros e intelectuais propunham para resolver os graves problemas que afetavam os países do continente, em particular na esfera agrária. Nesses questionamentos, foram incluídas as políticas colocadas em marcha por organizações multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, entre outras.

A apresentação crítica do texto *Sete teses equivocadas sobre América Latina*, que tentaremos fazer a seguir, traz primeiro alguns traços biográficos, e em seguida, uma reflexão sobre o texto mencionado, sem separá-lo do contexto histórico e político no qual se desenvolveu. Trata-se, por conseguinte, de apresentar o texto de Stavenhagen, mas sem esquecer o contexto pessoal e as circunstâncias sociais de seu desenvolvimento.

1. Esboço biográfico

Mexicano de origem alemã (1932), Stavenhagen realizou estudos de antropologia e sociologia nos Estados Unidos (Chicago, 1949-1951), México (1952-1956) e França (Paris, 1959-1962). Adquiriu uma formação multidisciplinar que iria jogar um papel importante em sua carreira, já que lhe permitiria tratar profissionalmente vários problemas, que sem essa preparação não teriam sido tratados adequadamen-

policiais, carabineiros, quadros do Exército e franco-atiradores abriram fogo sobre a multidão reunida na Praça de Tlatelolco. Até hoje não há consenso sobre o número de mortos que varia entre centenas e milhares. [Nota de R. L.].

4. As teses equivocadas são as seguintes: 1ª) Os países latino-americanos são sociedades duais; 2ª) O progresso da América Latina se dará mediante a difusão dos produtos do industrialismo nas zonas atrasadas; 3ª) A existência de zonas rurais atrasadas e arcaicas é um obstáculo para a formação do mercado interno e para o desenvolvimento de um capitalismo nacional e progressista; 4ª) A burguesia nacional tem o interesse em romper o poder e o domínio da oligarquia latifundiária; 5ª) O desenvolvimento da América Latina é criação e obra de uma classe média nacionalista, progressista, empreendedora e dinâmica, e o objeto da política social e econômica de nossos governos deve ser estimular a mobilidade social e o desenvolvimento dessa classe; 6ª) A integração nacional na América Latina é produto da mestiçagem; 7ª) A integração nacional na América Latina só se realizará mediante uma aliança entre os operários e os camponeses, aliança que impõe a identidade de interesses dessas duas classes (Stavenhagen, 1965, 1972).

te. Em meados da década de 1950 e ainda inserido no processo de sua formação intelectual, trabalhou na Escola Nacional de Ciências Políticas e Sociais, dirigida naquele momento por Pablo González Casanova, enquanto o Doutor Ignacio Chávez era reitor da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM).

A partir de 1953, atuou como investigador no Instituto Nacional Indigenista (INI), então recém-criado (1948), onde pôde adentrar na problemática indígena do México sob a orientação de um destacado antropólogo, Gonzalo Aguirre Beltrán (Stavenhagen, 1980).⁵ Estudou comunidades indígenas nos estados de Chiapas, Oaxaca e Veracruz. A experiência no INI iria jogar um importantíssimo papel na definição da vocação de Stavenhagen. De fato, muitos temas desse seu texto e de outros inspiram-se na análise que realizou sobre essas comunidades na época e nas conclusões a que chegou acerca do impacto das políticas “modernizadoras” que o INI tratou de impor ao mundo indígena mexicano.

Sua formação intelectual culminou em 1964 com a defesa, na Universidade de Paris e sob a orientação de Georges Balandier, destacado professor da École Pratique des Hautes Études, de sua tese de doutorado em Sociologia: *Essai comparatif sur les classes sociales rurales et la stratification sociale dans quelques pays sous-développés*.⁶ A tese de Stavenhagen teve a originalidade de propor um estudo comparativo do problema das classes sociais nas sociedades agrárias da África e da América Latina, o que, em mais de um sentido, revelava a sua vocação. Eram os inícios de um enfoque que iria se revelar frutífero.

Uma vez concluída sua formação, Stavenhagen transferiu-se para o Brasil, onde assumiu a Secretaria Geral do Centro Latinoamericano de Investigaciones Sociales no Rio de Janeiro, enquanto Manuel Diegues era o diretor. Fez-se responsável pela publicação da revista *América Latina* e pela supervisão de vários projetos de pesquisa, entre os quais sobressaiu o estudo comparativo sobre a estratificação social na América Latina, no qual intervieram vários cientistas sociais de relevo, como Gino Germani. Nessa revista foram publicados vários textos relacionados com o debate entre González Casanova e Stavenhagen sobre o conceito de “colonialismo interno”.⁷

Em 1964 regressou ao México para colaborar num estudo sobre a estrutura agrária do país, no bojo do Centro de Investigaciones Agrarias, com uma equipe cujos representantes mais notáveis foram Sér-

gio Reyes Osorio, Salomon Eckstein, Juan Ballesteros, Iván Restrepo, Jerjes Aguirre, Sergio Maturana e José Sanchez, com quem publicou em 1974 o livro *Estructura Agraria y Desarrollo Agrícola en México*, que diagnosticava os principais problemas agrários do país e propunha soluções.

Vale a pena mencionar o apogeu da política de desenvolvimento estabilizador que havia sido impulsionada pelo Estado no México, mas que também tinha correlatos no Brasil, na Argentina e no Chile, e teve lugar no processo revolucionário em Cuba, com a entrada de Fidel Castro em Havana em 1º de janeiro de 1959. O triunfo da revolução cubana gerou repercussões em quase todos os países latino-americanos, que questionaram radicalmente os diagnósticos que desenvolvimentistas, modernizadores e seus acólitos políticos e intelectuais tinham elaborado na década de 1950. Diagnósticos que, inclusive, eram compartilhados pelos partidos de centro-esquerda (radicais e democratas cristãos na Argentina e no Chile, respectivamente) e de esquerda (socialistas e comunistas no Brasil e no Chile) que os haviam impulsionado junto com líderes populistas, como foram Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón.

Foi nessa conjuntura (1959-1964) que Stavenhagen se viu motivado a escrever as *Sete teses*. Também porque, durante a realização da pesquisa sobre a estrutura agrária, seu primeiro grande projeto em México, e no processo de preparação do manuscrito do que seria a versão publicada de sua tese de doutorado, intitulado *Las clases sociales en las sociedades agrarias*, Stavenhagen pôde estudar profundamente e questionar os diagnósticos e as políticas que haviam sido postos em marcha para se contrapor aos efeitos da revolução cubana na América Latina.

Stavenhagen não foi o único que tomou consciência das implicações da revolução cubana. Nesses cinco anos, a reflexão crítica fez com que, entre 1965 e 1969, esse questionamento se generalizasse e desse lugar à aparição de uma série de livros e artigos, como os de André Gunder Frank (*Capitalismo y Subdesarrollo*, 1965); Régis Debray (*Revolución en la revolución*, 1965); Pablo González Casanova (*La democracia en México*, 1965) que coincidiram com a publicação do primeiro esboço (em outubro de 1965) do que se transformaria no texto de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, publicado como livro em 1969. Foi nesse contexto, altamente polêmico, que apareceram as *Sete teses*.

5. Beltrán tornou-se um personagem controverso. Extremamente importante para a consolidação da Antropologia, mas também fundamental para a implementação do projeto indigenista da Revolução Mexicana, em especial quanto ao que foi chamado “aculturação dirigida” dos povos indígenas.

6. Em português, *Ensaio comparativo sobre as classes sociais rurais e a estratificação social em alguns países subdesenvolvidos*. [Nota de R. L.].

7. Ver: González Casanova (1963, 1965) e Stavenhagen (1965, 1967).

Esse esboço biográfico e de história intelectual permite-nos concluir que as perspectivas de Stavenhagen se inseriram, desde seu início, na análise da realidade mexicana e latino-americana. Sua obra foi influenciada por essas realidades e, talvez, em igual ou maior medida, pelo processo histórico sucedido nessa região entre 1950 e 1965. Esse rascunho biográfico exemplifica também o questionamento da prática da ciência social conforme se realizava até o momento em que ele se inseriu nela, questionamento que inclui, por sua vez, um esforço para superar propostas que se confundiam com verdades adquiridas no começo dos anos 1960, como as ideias da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e dos agentes da teoria da modernização, impulsionados pelo governo estadunidense. Como os resultados dessas políticas não tiveram os êxitos que se esperava, foi necessário criar novas perspectivas de análise que estudassem os problemas sociais em contexto e que refletissem a complexidade histórica em que estavam inseridos. Isso explica a preferência de Stavenhagen, e de muitos investigadores vinculados a ele, pelos estudos de caso e pela análise de problemas relacionados com o processo de desenvolvimento do México e da América Latina, e só secundariamente, por trabalhos de índole teórica ou especulativa.

As considerações anteriores proporcionam o marco biográfico da trajetória intelectual de Stavenhagen. Formalmente, tal marco adquire conteúdo quando se estudam seus textos, e, em particular, o texto pelo qual Stavenhagen alcançou notoriedade na América Latina, e em particular no México: *Sete teses equivocadas sobre América Latina*. Esse texto converte Stavenhagen em um crítico da reflexão que imperava nos anos 1960 sobre os processos de desenvolvimento latino-americano. A partir de sua contribuição para a análise das classes sociais, que foi objeto de sua tese de doutorado, nosso enfoque aqui será a discussão desse texto, que contribui decisivamente para o questionamento tanto do desenvolvimentismo como da teoria da modernização, e propor novas linhas de reflexão sobre as realidades do continente.

2. A análise das relações entre as classes sociais: pano de fundo teórico das *Sete teses*

Embora as *Sete teses* tenham sido resenhadas detalhadamente quanto ao questionamento crítico do que foram as políticas de desenvolvimentistas e modernizadoras e pela pertinência que tiveram para questionar as políticas com as quais as esquerdas latino-americanas enfrentaram o impacto da revolução

cubana, elas não estão fora de um determinado contexto analítico. De fato, é a partir de um marco de referência situado na análise marxista das classes e das relações de classe que Stavenhagen busca definir o contexto teórico dentro do qual estas se localizam, para desse modo compreender de forma completa o significado das *Sete teses*.

Stavenhagen refere-se às classes sociais contrapondo-as aos sistemas de estratificação social. Considera os sistemas de estratificação social como reflexo das relações de classes existentes em uma estrutura econômica determinada, motivo pelo qual os estratos sociais podem ser considerados como fixos, tanto no espaço sociocultural como no tempo, e constituem reflexo do estado das relações de classe subjacentes.

Nessa contraposição entre os sistemas de classe e os sistemas de estratificação está implícita a diferença entre os fenômenos que dão forma e estrutura a uma formação social e os processos de transformação e de mudança que se identificam com a dinâmica, com a diacronia. Segundo Stavenhagen, uma das razões da existência de um sistema de estratificação junto de um sistema de classes em uma determinada sociedade é que nenhuma sociedade pode se manter através do tempo se permite o livre e constante exercício do conflito que é inerente às classes, ou seja, uma sociedade em perpétuo processo de mudança. Em outras palavras, dada uma dinâmica social caracterizada pela luta entre as classes sociais, é necessário que existam sistemas de estratificação para assegurar a estabilidade de uma estrutura social determinada. Esses servem para dar estabilidade a uma estrutura social ameaçada pelos conflitos das contradições de classes. Desempenham um papel eminentemente conservador e também contribuem para diluir oposições de classes por meio da existência dos chamados grupos intermediários, situados entre os extremos dos sistemas de estratificação. E ademais, contribuíram e contribuem também para diluir os conflitos entre as classes, ao obstaculizar, por exemplo, a unificação de algumas delas e acentuar os conflitos existentes entre os distintos grupos de trabalhadores, como os camponeses e os operários, ou os operários e os empregados de colarinho branco.

As classes sociais expressam interesses contraditórios, que dão lugar a conflitos e lutas pela apropriação dos produtos da acumulação de capital (no caso da confrontação entre burguesia e proletariado). Por seu lado, os conflitos entre determinados estratos expressam diferenças existentes entre indivíduos com relação a questões como o acesso ao consumo, determinado por sua vez pela distribuição da renda, o acesso à educação, ou, em termos mais gerais, as disputas derivadas da velocidade da mobilidade social. Podem existir defasagens entre os graus de desenvolvimento de ambos os sistemas de organização dos integrantes de uma sociedade. Assim, podem

subsistir determinados estratos (como a oligarquia latifundiária) em momentos nos quais o sistema de classes tenha-se modificado radicalmente e que o poder político tenha sido assumido por novas classes sociais, por exemplo, os operários organizados. Essa defasagem pode dar lugar a muitas confusões entre a estratificação e a estrutura de classes, que podem levar a uma visão errônea da realidade social.

Do anterior, nota-se que Stavenhagen adere à concepção marxista das classes sociais e postula sua centralidade na reflexão sobre a problemática específica da América Latina. Ao concebê-las como categorias analíticas que dão conta dos fenômenos reais – quer dizer, que permitem explicar porque determinadas relações de classe dão lugar a resultados econômicos e políticos –, construiu um marco de referência que lhe permitirá identificar, nas implicações do que desenvolvimentistas e modernizadores pretenderam realizar na América Latina nos anos 60 do século XX, as que estavam situadas fora das referências teóricas gerais. Como as classes estão inscritas em *sistemas de classes* que não existem independentemente umas das outras, podem ser definidas como “agrupamentos de interesses político-econômicos particulares”, sem serem identificadas necessariamente com organizações, como partidos ou sindicatos, nem com agregados sociais ou categorias estatísticas, como grupos de renda. Então, ao serem definidas por sua oposição, as classes articulam-se em relações de conflito que refletem as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção.

Stavenhagen separa-se da posição segundo a qual as classes sociais são simples reflexos de um determinado modo de produção, como seria o sistema capitalista e o industrialismo, e, por isso, pôde, como tentou José Carlos Mariátegui, utilizar as categorias marxistas em contextos sócio-históricos bem distantes dos que haviam servido a Marx para conceitualizar o capitalismo. Com efeito, o elemento central da análise de classe não tem de tomar como referente indispensável o modo de produção capitalista, mas pode também ser utilizado em sociedades nas quais não existam os pré-requisitos de tal sistema de acumulação de capital e, inclusive, naqueles que se autodefinem como “socialistas”, como foi o caso da URSS, mas, sobretudo, em sociedades como as latino-americanas, nas quais não se cumprem as condições que, no capitalismo, resultaram na formação de suas classes sociais.

Segundo sua concepção e seguindo nisso, o que ele denomina “escola marxista” afirma o seguinte:

As classes sociais não são a expressão do *tipo de produção material* da sociedade, senão a expressão das rela-

ções de produção dominantes na sociedade. A produção industrial predomina tanto na sociedade capitalista como na socialista, e ninguém poderá negar que estes dois tipos de estrutura sócio-econômica sejam radicalmente distintos. Os teóricos do industrialismo tendem a cair em um determinismo tecnológico simplista que não poucas vezes esconde propósitos políticos bem precisos. (Stavenhagen, 1962)

O “industrialismo” estaria extrapolando consequências do plano técnico ao plano das relações de produção, passagem que, segundo Stavenhagen, é ilegítima. Assim, as relações específicas que se estabelecem entre os homens, com base em determinadas forças de produção, seriam os elementos definidores das classes. Em consequência, a especificidade das relações sociais imperantes, para além do grau de desenvolvimento das forças produtivas, é o fator crítico e por isso é que a análise de classe pode ser aplicada às sociedades latino-americanas. Disso deriva que Stavenhagen defenda a interpretação segundo a qual a escravidão, o feudalismo e o capitalismo não constituem senão cristalizações da divisão geral da sociedade em classes sociais e assumem formas diferentes segundo os espaços em que se desenvolvem as relações sociais.

Temos assim um esquema no qual são as relações de produção que definem as classes sociais, enquanto o grau de desenvolvimento das forças produtivas jogaria um papel derivado. Vale a pena destacar que, posteriormente à publicação desse trabalho, a teoria marxista questionou frontalmente a ideia dos vínculos mecânicos entre a infraestrutura e a superestrutura, que Stavenhagen também estava refutando. A presença cada vez mais intensa dos textos de Gramsci nos debates intelectuais dos anos 1970 foi um indicador desse questionamento.

Ademais, em estudos como o que realizou Bettelheim (1974), sobre a estrutura de classes nos países socialistas de Europa Oriental e em particular da União Soviética, se percebe claramente que não era porque em ditos países existisse um regime de propriedade social dos meios de produção que as relações de classes se modificaram radicalmente. Ao contrário, o argumento de Bettelheim reforçou a ideia de que em tais países persistiram as relações de classe, como era também o caso dos países latino-americanos, caracterizados pela presença de elites oligárquicas que mal podiam ser “capitalistas”, em sentido estrito.

Stavenhagen, de alguma maneira, foi precursor de tal posição no debate sobre as classes sociais.⁸ As relações de classe definem um determinado modo de organização da sociedade e de institucionalização

8. Vale a pena acrescentar que esse esforço para conceitualizar o desenvolvimento da América Latina a partir das classes sociais culminou com a publicação dos Anais de um seminário realizado em Oaxaca, em 1972, e que reuniu notáveis intelectuais como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e outros (Benitez Zenteno, 1973).

dos processos de acumulação de capital. Stavenhagen participou de debates complexos que estavam recém-começando, ao menos na América Latina. Posteriormente, sua posição foi reforçada consideravelmente pelos escritos de Alain Touraine (1973), que, em sua teoria acionalista, identificou as relações de classe, e não as classes como objeto teórico fundamental da sociologia. Ademais, quando Touraine se refere à sociedade industrial, estabelece que tanto o socialismo quanto o capitalismo se identificam com ela e se diferenciam somente pelo tipo de sistema político imperante. Isto é, que as diferenças entre socialismo e capitalismo não se referem à organização econômica, senão à organização política, desvirtuando assim posições nas quais se justificam tais diferenças em termos estritamente econômicos. Stavenhagen havia proposto uma posição muito similar em 1962.

É relevante recordar que, quase ao mesmo tempo, Cardoso e Faletto (1969) afirmavam, no esboço de *Dependencia y desarrollo*, que a chave para compreender as formas de inserção dos países latino-americanos na economia internacional estava em determinar a interação entre determinadas classes sociais pertencentes ao centro e à periferia de tal sistema, e não em opor ambos elementos como se fossem homogêneos em sua composição social. E que, precisamente por isso, era insuficiente e errôneo, como o faziam desenvolvimentistas e modernizadores, circunscrever a análise dos processos latino-americanos à análise das estruturas econômicas sem precaver-se de que na América Latina as relações sociais de dominação (ou seja, as relações de classe) são a variável central para explicar os problemas econômicos que sofrem os povos do continente. Essa postura analítica será central para compreender o pano de fundo teórico no qual se inscreverão as *Sete teses*.

É importante acrescentar que a análise da problemática das classes sociais se insere também na discussão do conceito de *colonialismo interno*, central na caracterização que Stavenhagen faz da sociedade periférica e que fará parte dos questionamentos das *Sete teses*. O colonialismo interno, proposto como “uma relação orgânica”, estrutural entre as classes dominantes tanto do centro como da periferia, ou, dito de outra forma, “entre as classes situadas no polo de crescimento ou metrópole em desenvolvimento e as classes de sua colônia interna atrasada, subdesenvolvida e em crescente subdesenvolvimento”, define, dentro da sociedade periférica a mesma relação que se coloca entre países centrais e países dependentes na

versão de Cardoso e Faletto da teoria da dependência. Assim, os conflitos centro-periferia não derivam de uma oposição entre ambos elementos, considerados como conjuntos homogêneos. Ao contrário, são o resultado das lutas entre os interesses das classes dominantes com os das classes dominadas em ambos componentes, interesses que não podem ser reduzidos a questões econômicas, mas sim incluir o empenho no domínio e controle da ação dos grupos subordinados por parte das elites dirigentes. Portanto, o desafio central das ciências sociais é identificar, no centro e na periferia, as classes sociais específicas⁹ e dar conta dos conflitos entre seus interesses.

Desta maneira, o conflito entre as classes fundamentais, conceitualizado a partir do marxismo, passava, na perspectiva de Stavenhagen (1965), a ser mediado pela estrutura de dominação centro-periferia na situação latino-americana. Daqui os parentescos mas também as diferenças teóricas que aparecem entre a sua obra e as de González Casanova (1963), Frank (1965) e Cardoso e Faletto (1969), autores que, paralelamente e na mesma época, pensaram sobre as realidades latino-americanas a partir da problemática das classes e suas relações.

Podemos dizer que as contribuições desses textos não perderam sua atualidade, na medida em que ainda hoje, depois de quase cinquenta anos de suas publicações, ainda persistem muitas interrogações quanto ao impacto das relações de classe no processo de desenvolvimento dos países latino-americanos (Portes; Hoffman, 2003).

3. As *Sete teses equivocadas sobre América Latina*

As *Sete teses* representam um ponto de referência no desenvolvimento da discussão sobre os problemas da América Latina, na medida em que questionam as verdades adquiridas até então, verdades que de alguma maneira estavam orientando a tomada de decisões na região. Esse texto fundamental questionou certos parâmetros da ação política no continente nos primeiros anos da década de 1960. As *Sete teses* converteram-se em um texto importante, que teve repercussões no posicionamento das ciências sociais principalmente no marco político em que se inseriu (Hewitt, 1988). Foram reflexo do impacto que acon-

9. Alguns críticos, como Paré (1978), viram nessa formulação uma posição na qual suprimiam-se as oposições das classes no nível da sociedade periférica para privilegiar a oposição que enfrentava a periferia em seu conjunto com o núcleo central e ao fazê-lo, a luta de classes na periferia tornava-se invisível, pelo conflito que “unia” a estas, contra o adversário comum, o centro, situado fora das fronteiras nacionais. O que Paré critica é a versão do “colonialismo interno” que foi defendida por González Casanova, enquanto Stavenhagen assumia os conflitos entre classes como a variável fundamental, não importando onde estivessem localizadas as classes, no centro ou na periferia da economia internacional ou da economia nacional.

tecimentos como a Revolução Cubana tiveram no desenvolvimento das ciências sociais na América Latina e no México. De fato, as *Sete teses* questionaram certas afirmações que, como diz seu autor, eram moda corrente para explicar o devir da América Latina no início da década de 1960. Tratava-se de questionar essas afirmações ao fornecer evidências que demonstravam a sua irrelevância para as explicações buscadas.

O ponto de partida foi questionar a pertinência do conceito de *sociedade dualista* para caracterizar o desenvolvimento da região (primeira tese: “Os países latino-americanos são sociedades duais”). A evidência histórica demonstra que não é possível justificar a ideia de que nos países latino-americanos coexistam duas sociedades sem conexões recíprocas. Desde a época colonial, a existência de um sistema mercantilista em expansão, baseado na exportação de produtos minerais e agrícolas e no uso da mão de obra barata, contribuiu para a articulação dos setores econômicos dinâmicos com as regiões que proporcionaram a força de trabalho. Ademais, essas formações socioeconômicas estabeleceram fortes relações de dependência com as flutuações dos mercados para os quais enviavam os minerais e os produtos agrícolas enquanto desenvolviam estruturas de monoprodução ao redor de um ou dois desses produtos. Assim, Stavenhagen conclui que, na América Latina, o “subdesenvolvimento” vem depois do “desenvolvimento”, porque o caráter cíclico do setor exportador pode dar lugar a crises que induzem a fenômenos de desemprego quando a demanda internacional se interrompe. Essa situação pode ser conceitualizada por meio da ideia de *colonialismo interno*, a que já nos referimos, que reflete melhor a realidade da sociedade latino-americana porque recupera a subordinação que não identifica como uma realidade alheia aos mencionados centros, mas, ao contrário, uma realidade intimamente ligada a eles e focalizada nas relações entre classes sociais.

A segunda tese (“O progresso em América Latina se realizaria mediante a difusão dos produtos do industrialismo às zonas atrasadas, arcaicas e tradicionais”), diretamente associada à ideia de “difusionismo”, própria da teoria da modernização (Germani, 1962), é refutada por Stavenhagen. Para tanto alude a vários fatos, entre os quais destaca a análise da trajetória econômica da região que, ao contrário do que é dito por tal teoria, em vez de se observar uma difusão progressiva dos benefícios da “civilização” nos países da região, o que está ocorrendo realmente é a destruição dos modos de sobrevivência da população nativa e a ausência de práticas de substituição desses modos. Ademais, assinala que, em vez de derramar (“difundir”) seus benefícios, o capital sorve a riqueza que obtém e explora, para além do aceitável, os habitantes dos países. Conclui afirmando que a chamada “difusão” já dura mais de quatrocentos anos e que

ainda não se percebe quando produzirá seus benefícios. O que se difundiu foi a “cultura da pobreza”, a descapitalização das zonas rurais e a concentração do “progresso” nas áreas urbanas a custo das áreas atrasadas, arcaicas e tradicionais.

Ademais, na terceira tese (“A existência de áreas rurais atrasadas, tradicionais e arcaicas é um obstáculo para a formação do mercado interno e para o desenvolvimento do capitalismo nacional e progressista”), Stavenhagen argumenta que “não existe em nenhuma parte da América Latina um capitalismo nacional e progressista nem existem as condições internacionais para que este se desenvolva”, pelo que é impossível sustentar que o mercado interno seja o eixo dinâmico da economia do continente. Cita, para exemplificar, como as supostas “burguesias nacionais” pactuaram com o capital estrangeiro para crescer com o amparo da demanda externa, o que contribuiu para aumentar a distância entre ricos e pobres, sobretudo nas cidades “onde está crescendo rapidamente a população urbana *marginal* dos tugúrios que vivem em níveis desesperados de miséria”. Stavenhagen afirma, ao contrário, que a tese correta deveria afirmar que “o processo das áreas modernas urbanas ou industriais da América Latina se faz à custa das áreas atrasadas, arcaicas e tradicionais”. Isso se ilustra com a análise da ausência de interesse que os grupos capitalistas manifestam em expandir o mercado interno mediante investimentos no setor atrasado. O autor argumenta que não é do interesse desses grupos realizar tal expansão, e sim reforçar os rendimentos dos investimentos naqueles setores dinâmicos que abastecem os grupos mais abastados da sociedade. Desta forma, o estilo de desenvolvimento de América Latina, em vez de estar orientado para satisfazer as necessidades dos grupos majoritários da população, é dirigido para a satisfação das necessidades dos grupos sociais que se encontram no ponto mais alto da hierarquia social, em termos de renda, educação e saúde. Ele é perfeitamente coerente com o modelo de *colonialismo interno* que se postula como explicativo do tipo de estrutura econômica vigente na região.

Na quarta tese equivocada (“A burguesia nacional tem interesse em romper o poder e o domínio da oligarquia latifundiária”), Stavenhagen refuta algumas afirmações relacionadas com o papel que as denominadas “burguesias nacionais” estariam ocupando na região. Nesse sentido, era comum na década de 1960 defender que existiam divergências entre os interesses da burguesia industrial e os da oligarquia latifundiária, e que elas poderiam contribuir para a geração de alianças políticas entre essas burguesias e seus seguidores de classe média para lograr um desenvolvimento dinâmico, por meio de créditos preferenciais, baixos níveis de impostos e incentivos, para que realizasse investimentos. Esse posicionamento ti-

na muito a ver com a realização de uma “revolução burguesa” na América Latina, questão que paradoxalmente se identificou com posturas ideológicas associadas a partidos políticos, como os comunistas, os radicais ou os liberais em vários países do continente, que concordaram com os desenvolvimentistas inspirados pelas propostas da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) em favorecer os interesses dessa “burguesia”.

Ademais, propor que o fortalecimento da burguesia industrial era um caminho para o desenvolvimento da América Latina constituía uma saída falsa, pois se esquecia que essa burguesia era parte da estrutura de dominação vigente, assim como a coincidência de interesses entre esses agentes e a oligarquia latifundiária. Nisto, Stavenhagen não faz senão recordar as elaborações José Carlos Mariátegui ([1928] 1973), que, em sua polêmica com Victor Raúl Haya del la Torre durante a década de 1920, tinha afirmado que não fazia sentido o projeto da revolução burguesa porque este não considerava as condições objetivas, de caráter histórico, em que se desenvolvia a sociedade latino-americana. Em consequência, propunha Mariátegui, e isso foi retomado por Stavenhagen, que deveria ser implementada a revolução socialista, dando lugar a um novo sistema de dominação fundamentado na hegemonia das classes populares. (Mariátegui, [1928] 1973; Martí, 1977; Lombardo Toledano, 1973; Aguirre Beltrán, 1973).

Por último, Stavenhagen refuta esta tese utilizando o exemplo das mal designadas reformas agrárias, que ilustram, melhor que nenhuma outra política, a ausência de divergências entre a burguesia industrial e a oligarquia latifundiária. Ao contrário, o fracasso das reformas agrárias em vários países da região indicou que não foi do interesse da burguesia industrial derrotar a oligarquia latifundiária, pois, de fato, foi sua aliança com ela que tornou possível o *colonialismo interno*, mecanismo central da estrutura econômica do continente. Ademais, a coincidência entre os interesses de burgueses e oligarcas possibilitou uma reapropriação das terras que tinham sido distribuídas entre os camponeses por meios legais, como o “amparo agrário”¹⁰ implementado pelo regime do presidente Miguel Alemán, no México (1946-1952), que teve como efeito bloquear o processo de desenvolvimento da agricultura *ejidal*.

Essa postura é reforçada com o questionamento da quinta tese (“O desenvolvimento na América Latina é criação e obra de uma classe média nacionalista, progressista, empreendedora e dinâmica, e o objeto da política social e econômica de nossos governos deve ser estimular a mobilidade social e o de-

envolvimento dessa classe”). Ao questionar a ideia de que o objeto da política social e econômica de nossos governos seja ou tenha sido a promoção da “mobilidade social” e o desenvolvimento dessas classes, Stavenhagen sublinha a ambiguidade do conceito “classe média”. Compreende que a ideia de “classe média” na América Latina é uma ficção estatística, que não reflete a existência de segmentos sociais cujas pautas de interação tenham homogeneidade e correspondência com formas de ação uniformes. Assim, não é possível afirmar que essa “classe média” seja nacionalista, progressista, empreendedora e dinâmica; ao contrário, podem haver segmentos dessas classes que estejam situados nas classes altas, e outros que se identifiquem com categorias sociais como a dos profissionais universitários, mais apropriadamente situados na parte baixa da estrutura social. Essa heterogeneidade significa que não existem essas identidades que a quinta tese dá por certas.

Nesta perspectiva, Stavenhagen coincide com o que outro sociólogo notável, José Medina Echavarría, constatava naqueles mesmos anos no seu livro *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico* (1964), onde também questionava o que afirmavam muitos sociólogos norte-americanos adeptos da teoria da modernização, como Clark Kerr (1963), Alex Inkeles (1974), Wilbert Moore (1960), e sobretudo Seymour Martin Lipset (1960, que sustentavam 1963) a ideia de que o desenvolvimento econômico, social e político nos países periféricos estava estreitamente associado ao crescimento das classes médias. Podemos observar que na discussão da 5ª tese aparece claramente a centralidade da análise de classe a que aludimos anteriormente, porque Stavenhagen demonstra que elas não podem nem devem ser definidas a partir do que consomem, nem a partir de suas subjetividades, como poderiam ser suas aspirações e, inclusive, seus “valores”, que são muito mais um resultado da manipulação publicitária, de processos de diferenciação da estrutura ocupacional, do que de identidades suscitadas a partir da interação social. Para rematar o questionamento desta tese, faz-se uma alusão ao comportamento politicamente reacionário que assumem essas classes médias, em particular nas conjunturas que deram lugar aos golpes militares, como argumentou convincentemente José Nun (1968).

Cabe assinalar aqui que a sexta tese (“A integração nacional na América Latina é produto de mestiçagem”) desmente um postulado exposto frequentemente por alguns ideólogos da construção nacional, e em particular por aquele que foi o primeiro secretário de Educação dos governos emanados da Revolução Mexicana, José Vasconcelos, acerca da importância

10. Amparo agrário é o instituto jurídico mexicano que permite ao proprietário recorrer de decisão governamental de expropriação de terra para fins de reforma agrária. O amparo agrário havia sido revogado no governo Lázaro Cárdenas e retorna no governo Alemán, junto com uma série de aumentos nos tamanhos mínimos e máximos de terras particulares e retirada de apoio aos *ejidos* anteriormente formados. [Nota de R. L.]

da mestiçagem como sustento da identidade nos países com forte presença indígena. O questionamento da ideia da “raça cósmica”, concebida por Vasconcelos como eixo da possibilidade de integração das populações originárias dentro da nova nação, parte do pressuposto de que essas populações devem ser respeitadas em sua autonomia cultural e étnica. De certa forma, “a tese da mestiçagem esconde geralmente um preconceito racista” porque na realidade o que propõe é “o branqueamento” e a eliminação do indígena. Ademais, a mestiçagem não contribui para alterar a estrutura social porque,

da mesma forma que a tese da classe média, a tese da mestiçagem atribui a certos elementos da população (definidos arbitrariamente, de acordo a critérios bastante limitados) capacidades ou características que não possuem ou, se as têm, são alheias aos critérios biológicos ou culturais que serviram para defini-los.

No fim de seu texto, Stavenhagen negou categoricamente que o progresso da América Latina estivesse vinculado a uma aliança política entre operários e camponeses que permitiria transformar a o sistema de dominação vigente (Sétima tese: “O progresso na América Latina só se realizará mediante uma aliança política entre os operários e os camponeses, aliança que impõe a identidade de interesses dessas duas classes”). Ao contrário, Stavenhagen afirmou que não existiam evidências históricas de que essa aliança houvesse ocorrido. Tanto no México como na Bolívia ou no Brasil, onde ocorreram grandes mobilizações camponesas, nunca se observou uma relação com os movimentos sindicais, os quais frequentemente em vez de aliarem-se aos camponeses estiveram aliados a grupos burgueses interessados em expandir o mercado interno e em limitar as possibilidades de ação dos trabalhadores vir a subverter a ordem estabelecida.

A conclusão das *Sete teses* insiste na importância da “mobilização social e política do campesinato colonizado que terá que fazer sua própria luta” para modificar as condições de dominação vigente. Se em vez de falar em campesinato colonizado, referirmo-nos aos grupos indígenas explorados, veremos que a proposta coincidiu com as que intelectuais como José Martí ou Vincente Lombardo Toledano haviam formulado décadas antes, quando relacionaram a situação do índio com a necessidade de revolução social. O índio encarnou a cultura originária de América e resumiu a vocação do continente. A proposta de Stavenhagen talvez não fosse tão radical em sua expressão como a que propôs Mariátegui, que foi, entre os ideólogos “indigenistas”, o que talvez levou mais longe o diagnóstico, ao identificar o problema do índio como uma questão econômica cujas ramificações culturais ou “humanas” não eram centrais para a re-

flexão sobre a problemática latino-americana. Mariátegui propôs, de fato, que a revolução socialista seria levada a cabo pela identificação da libertação nacional com a luta anticapitalista.

4. O impacto das *Sete teses*

O que se propôs nesse texto, escrito e publicado em 1965, não passou despercebido. Sua reflexão pode ser considerada uma resposta a iniciativas como a Aliança para o Progresso e seu correlato financeiro, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mas também são questionamentos frontais às teorias propostas por desenvolvimentistas e modernizadores. As *Sete teses* desmitificaram a aparente racionalidade que essas iniciativas e teorias possuíam, em particular a respeito das possibilidades que determinados tipos de políticas e investimentos tinham no contexto latino-americano dessa época, em particular, a reforma agrária e o fortalecimento da indústria de substituição de importações, orientada para satisfazer uma hipotética demanda interna que se queria fortalecer mediante a realização de uma reforma agrária.

As *Setes teses* questionaram o “salto para a modernidade” pela via do “desenvolvimentismo” que estava implícito nas políticas da Aliança para o Progresso ou pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. A proposta de Stavenhagen trouxe clareza ao debate e fez com que muitos refletissem sobre as implicações das políticas que ditos organismos pretendiam levar a cabo. Depois de meio século, podemos constatar que os níveis de pobreza da população não se reduziram como essas organizações esperavam; que a ruptura do modelo de industrialização por substituição de importações foi seguida por uma inserção nos mercados internacionais cujos efeitos sobre as economias nacionais foi marginal; e que as “burguesias” se aliaram aos capitais estrangeiros, deixando de existir como resultado da privatização ou fechamento de empresas estatais do período da industrialização por substituição de importações.

O diagnóstico das *Sete teses* apontou premonitivamente para os desequilíbrios, a pobreza, a indigência, a concentração de renda e para a incapacidade dos grupos dominantes de distribuir a riqueza de forma mais equitativa. Em outras palavras, apontou para o custo social do processo de desenvolvimento que se sucedeu na América Latina, mas também demonstrou que os atores subordinados eram bastante débeis para poder impulsionar um processo de acumulação capitalista que se autossustentasse. Depois de 1982, início da “década perdida” (1982-1989), os países latino-americanos não conseguiram diversificar suas economias, desprender-se do caráter monoprodutivo

de muitas delas (processo favorecido pela articulação crescente entre a alta das commodities e as necessidades de um país como a China).

Outro impacto do texto esteve no questionamento a algumas propostas da “esquerda” latino-americana da época. Essas propostas, que tinham como tema de fundo a necessidade de uma revolução democrática no continente, coincidiam – é certo que não de forma deliberada – com as recomendações “desenvolvimentistas” em mais de um sentido. Ao definir o imperativo de uma aliança de classes como base do projeto “industrializante”, a esquerda definiu as condições do processo populista no qual as classes populares entregavam a direção da acumulação aos grupos burgueses nacionais coadunados com o Estado, em troca de melhores salários e benefícios sociais. As *Sete teses*, como já indicamos, questionaram esse projeto político e argumentaram sobre sua irrealidade. Afirmaram que era ilusório acreditar em uma divisão efetiva dos grupos dominantes em latifundiários, industriais e tecnocratas, da mesma forma que era um mito acreditar no caráter empreendedor de uma suposta burguesia nacional. As *Sete teses* deram um caráter acadêmico a um debate essencialmente político, que tinha tido lugar no lustro imediatamente anterior à sua publicação.

De fato, durante o período 1960-1965, e como consequência do triunfo da Revolução Cubana em 1959, havia sido desencadeado em todo continente um conflito entre os partidos comunistas e a linha cubana. Quem deu certa coerência ao dito conflito foi Régis Debray, em seu livro *Revolución en la Revolución*, publicado em 1965, no mesmo ano em que foram publicadas as *Sete teses*. O texto de Debray, apesar de conter erros quanto aos fatos e à interpretação (Torres; Aronde, 1969) a respeito das características do processo castrista, serviu de ponto de aglutinamento para muitos que se sentiam insatisfeitos com a linha política dos partidos comunistas na região. Parte desse descontentamento explicava-se pela aplicação mecânica da conceitualização soviética do marxismo à realidade latino-americana, sem tomar em consideração a especificidade das condições da América Latina, o que conduziu a erros contundentes de estratégia e tática política. Por isso, tanto o texto de Debray quanto o de Stavenhagen inscreveram-se dentro do questionamento que começou a se fazer nessa época sobre a linha política da esquerda na América Latina. As *Sete teses* tiveram um eco que se multiplicou por conta da atualidade que possuíam em uma conjuntura particularmente aguda da história da região. A posição de Stavenhagen, fundamentalmente crítica no melhor sentido da palavra, contribuiu de forma significativa para aprofundar a reflexão política latino-americana.

Conclusão

A partir do que foi exposto, podemos concluir que Stavenhagen constrói uma obra situada teoricamente em diálogo com as categorias marxistas, mas sem que elas se transformassem em limites para a análise dos problemas estudados. A utilização da categoria marxista de *classe* é central em sua obra e contribui para explicar e aclarar diversas propostas sobre esses temas. Ainda, seu contato com o marxismo não se limita às questões teóricas, pois representa também a capacidade para se sentir solidário com os grupos vitimados pela exploração, bem como o esforço para encontrar formas de superar tais situações. Assim, consegue compatibilizar alternativas que, na prática científica latino-americana, têm sido dificilmente conciliadas.

Não obstante, não é somente pela relevância teórica dos questionamentos realizados pelas *Sete teses* que esse texto deve ser estudado, senão porque suas propostas transcendem o momento em que foram formuladas e difundidas. A pertinência também é política. Parece que foram escritas hoje. Cada uma das teses pode ser confirmada na atualidade. Embora elas não tenham sido propostas como definitivas, podemos ainda hoje afirmar que são válidas como o foram em sua época.

De fato, as estruturas econômicas, sociais e políticas de nossas sociedades aprofundaram o colonialismo interno. A fragmentação e a articulação subordinada de grandes segmentos de nossos povos são disfarçadas com a suposta globalização que assume a dinâmica econômica do continente e que se apresenta como se as tivesse atenuado, para não dizer suprimido.

A difusão dos produtos do industrialismo concentra-se a cada ano que passa em menos e menos pessoas, pois os indicadores que se referem à acumulação de riqueza, aos níveis de desemprego aberto e de informalização da força de trabalho, da feminização da pobreza, da concentração de renda, da precarização das condições de emprego, da deterioração dos serviços educacionais e sanitários, da vulnerabilidade da vida em cidades cada vez mais expostas a condições de segurança pessoal precárias, para não dizer inexistentes, mostram que somente uma quinta parte da população do continente pode ter acesso a eles.

Em 2008, de uma população total de 579 milhões de pessoas, não mais do que 100 milhões conseguem viver além da simples sobrevivência, pois os níveis das remunerações reais não têm senão se deteriorado, em particular depois de 1982, quando foi posto em marcha o modelo de transnacionalização do mercado interno.

Quanto ao lugar das áreas rurais na estrutura econômica dos países latino-americanos (tema da terceira tese), estas estão em vias de desaparecimento como lugares de atividade econômica, já que o continente se alimenta de produtos importados e cultiva produtos que são exportados para fora da região. Assim, as novas gerações de pessoas nascidas no campo integram as massas de migrantes que se dirigem a outros países em busca de trabalho. Em muitas regiões do Brasil, Peru e México, para não mencionar senão casos muito notórios, a população decide migrar para os Estados Unidos ou, no caso dos peruanos, para o Chile para trabalhar, paradoxalmente, no setor agrícola.

No que se refere às classes sociais, pode-se constatar sobre a quarta tese, dedicada a desmentir a suposta aliança entre a burguesia e a oligarquia latifundiária, que hoje em dia o vínculo central se identifica com a substituição do que em 1965 ainda se podia pensar como um setor privado nacional pelas empresas transnacionais que controlam a produção de automóveis e veículos de transporte (Volkswagen, Ford, General Motors, Nissan), a geração e distribuição da eletricidade, assim como a extração de gás (Iberdrola, Repsol), água (Lyonnaise des Eaux), a administração de estradas, as atividades financeiras e bancárias (Banco Santander, Banco de Bilbao e Vizcaya, HSBC), as telecomunicações (Telefônica de Espanha), a distribuição de produtos alimentícios, de roupa e de tudo o que é necessário para a vida cotidiana (Walmart), para não mencionar senão aquelas mais visíveis no panorama econômico latino-americano.

Isto também reafirma o questionamento realizado pela quinta tese com relação à centralidade das classes médias (“nacionalistas, progressistas, empreendedoras e dinâmicas”), que tem se transformaram em agentes totalmente subordinados às decisões tomadas pelas transnacionais quanto a emprego e remunerações. E, nos países que sofreram a dominação dos regimes militares, como foi o caso da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai, as classes médias foram sua base de sustentação porque acreditavam ter encontrado neles uma proteção diante das supostas ameaças dos grupos populares (Nun, 1968). O apoio das classes médias à entrada dos regimes militares en-

tre 1964 e 1973 deu lugar a uma “direitização” profunda desse segmento social, que confirmou o questionamento que Stavenhagen tinha feito sobre seu pretensão nacionalismo, progressismo, empreendedorismo e dinamismo.

Quanto ao papel da mestiçagem no processo de integração nacional, é necessário reconhecer a vigência da sexta tese e observar que, em vez de a mestiçagem ter contribuído para dar maior coesão às nossas sociedades, estas estão em via de desintegração, econômica, social e politicamente. Em consequência, as populações indígenas ficam cada vez mais marginalizadas e excluídas no interior das formações sociais latino-americanas, embora demograficamente tenham um peso significativo, como ocorre no Equador, México ou Peru. Bolívia é a exceção, já que aymaras, quéchuas e outras etnias puderam, desde 2003 adiante, recuperar um sentido de pertencimento ao território, ao sistema político e à sociedade que as viu nascer, e, inclusive, modificar o marco constitucional para estabelecer uma república pluriétnica.

Por último, a ideia de que as alianças entre camponeses e operários poderiam provocar transformações radicais nos sistemas de dominação vigentes (sétima tese) se faz quase inverossímil nas condições que atualmente imperam. Embora já se pudesse desmentir essa possibilidade em 1965, hoje em dia tanto camponeses como operários podem considerar-se atores sociais em via de desaparecimento. Em efeito, as identidades têm transformando-se a tal ponto que é impossível que se reconheçam como camponeses e operários. Ao contrário, a fonte das identidades aproxima-se hoje do espaço urbano, da sua natureza de moradores de povoados ou, em situações como as dos indígenas, de aspectos culturais e só ocasionalmente ao que diz respeito ao trabalho que desempenha ou ao ofício que pratica. Por isso, cabe referir-se mais à conformação de setores populares em processo de consolidação, no qual as origens, rurais ou urbanas, profissionais ou territoriais se ordenam quase de forma arqueológica e a consciência pode operar circunstancialmente, sem que tenha uma homogeneidade como a que foi possível assumir a consciência operária ou a consciência camponesa em outras épocas.

Referências

AGUIRRE BELTRÁN, G. Introducción. En: TOLEDANO, Vicente L. *El problema del indio*. México, DF: Secretaría de Educación Pública, 1973. (Colección Sep-Setentas, n. 114)
BETTELHEIM, Claude. *Les luttes de classes en Union Soviétique*. París: Editorial Maspero, 1974.

BENÍTEZ ZENTENO, Raúl (Ed.). *Las clases sociales en América Latina*. Problemas de conceptualización. México: Siglo XXI Editores, 1973.

DEBRAY, Régis. *Revolución en la revolución*. Lima: Ediciones de cultura general, 1965.

FRANK, André G. *Capitalismo y subdesarrollo en América*

- Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1965.
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1962.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo. *América Latina*, v. 3, 1963.
- _____. Sociedade plural y desarrollo: el caso de México. En: KAHL, J. (Comp.). *La Industrialización en América Latina*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1965.
- HEWITT, Cynthia. *Imágenes del campo*. Interpretación antropológica del México rural. México: El Colegio de México, 1988.
- ILLADES, Carlos; SUÁREZ, Rodolfo. *México como problema*. Esbozo de una historia intelectual. México, DF: Siglo XXI Editores. Kahl Universidad Autónoma Metropolitana (Unidades Iztapalapa y Cuajimalpa), 2012, p. 327-342
- KERR, Clark. *El industrialismo y el hombre industrial: los problemas del trabajo y la dirección en el desarrollo*. Buenos Aires: Editorial de la Universidad de Buenos Aires (EUDEBA), 1963.
- LIPSET, Seymour M. *Political man: the social bases of politics*. New York: Anchor Books, [1960]1963.
- LIPSET, Seymour M.; REINHARD, Bendix. *Movilidad social en la sociedad industrial*. Buenos Aires: Editorial de la Universidad de Buenos Aires (EUDEBA), 1963.
- LOMBARDO TOLEDANO, Vicente. *El problema del indio*. México: Secretaría de Educación Pública, 1973. (Colección Sep-Setentas, n. 114).
- MARIÁTEGUI, José C. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Biblioteca Amauta, [1928]1973.
- MARTÍ, J. Nuestra América. *Política de Nuestra América*. México: Siglo XXI Editores, 1977.
- MEDINA ECHAVARRÍA, José. *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico*. Buenos Aires: Ediciones Solar Hachette, 1964.
- MOLINA ENRÍQUEZ, Andrés. *Los grandes problemas nacionales y otros textos*. Prólogo de Arnaldo Córdova. México: Editorial Era, [1990]1978.
- MOORE, Wilbert. *Labor commitment and social change in developing areas*. New York: Social Science Research Council, 1960.
- NUN, José. Class and class conflict. A Latin American phenomenon: the middle class military coup. En: PETRAS, James; ZEITLIN, Maurice (Ed.). *Latin America, reform or revolution? A reader*. New York: Fawcett World Library, 1968. p. 145-185.
- PORTES, Alejandro; HOFFMAN, Nelly. *Las estructuras de clase en América Latina: composición y cambios durante la época neoliberal*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2003. (Serie Políticas Sociales, n. 68)
- REYNA, José L. La institucionalización de las ciencias sociales en México. En: TRINIDADE, Helgio (Coord.). *Las ciencias sociales en América Latina en perspectiva comparada*. México: Siglo XXI Editores, 2007. p. 249-337.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Clases, colonialismo y aculturación: ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Meso América. *América Latina*, n. 4, 1963.
- _____. Las relaciones entre la estratificación social y la dinámica de clases. En: LEEDS, Anthony (Ed.). *Estructura, estratificación y movilidad social*. Washington: Unión Panamericana, 1967.
- _____. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. *Sociología y subdesarrollo*. México: Editorial Nuestro Tiempo, [1965] 1972.
- TORRES, S.; ARONDE, J. Debray y la experiencia cubana. En: HUBERMAN, Leo (Ed.). *Debray y la revolución latino americana*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1969.
- TOURAINÉ, Alain. *Production de la société*. Paris: Editions du Seuil, 1973.
- WARMAN, Arturo G.; BONFIL, Margarita Nolasco; OLIVERA, Mercedes; VALENCIA, Enrique. *De eso que llaman antropología mexicana*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1970.

Data de recebimento do artigo: 5/5//2013

Data de aprovação do artigo: 7/8/2013